

A SÍNDROME DA "VACA LOUCA": Um alerta para o Brasil

Eloisa Elena Bortoleto¹

1 - INTRODUÇÃO

Em recente declaração, cientistas ingleses admitiram uma possível relação, através do consumo de carne contaminada, entre a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida popularmente como doença da "vaca louca"² e que afeta o cérebro do animal, com sua similar humana, mal de Creutzfeldt-Jakob (CJD).

Exaustivamente noticiado pela imprensa, esse acontecimento, considerado o maior golpe contra a credibilidade do governo britânico na área de saúde pública nesta década, provocou a suspensão imediata das importações de carne bovina e seus derivados, bem como de gado, embriões e sêmen bovinos provenientes do Reino Unido³, por mais de vinte países, inclusive aqueles da União Européia (UE). Escolas, *pubs* e grandes cadeias de lanchonetes e de restaurantes, como *Mc Donald's*, *Burger King*, *Wendy's*, *Allied Domecq*, e redes de supermercados, entre outros decidiram suspender a venda de produtos feitos à base de bovinos procedentes da região e os consumidores passaram, também, a rejeitar outros produtos, como laticínios, chocolates e até cosméticos, que muitas vezes contêm subprodutos animais em suas fórmulas.

Na tentativa de recuperar a credibilidade da indústria local, o governo britânico publicou, em 28 de março, portaria proibindo temporariamente a venda, no mercado interno, de toda carne bovina e de derivados de animais abatidos com mais de 30 meses, em tese, os mais vulne-

ráveis à doença⁴.

Em 1º de abril, após duas semanas de intensas pressões dos consumidores, pecuaristas e parceiros do bloco europeu, o Reino Unido, durante reunião de ministros da agricultura da UE, em Luxemburgo, formalizou proposta de eliminação dos animais com idade superior a 30 meses (dois anos e meio). Na oportunidade, com apenas um voto contra, o conselho de ministros exigiu do governo britânico a matança, até 2002, de 4,7 milhões de cabeças de gado bovino (cerca de 38% do rebanho)⁵ e de todas as crias nascidas dessas reses.

Paralelamente à determinação da UE, conferência realizada em Genebra pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com a presença de 30 veterinários e médicos, concluiu ser inexistente o risco de se contrair o mal de Creutzfeldt-Jakob através do consumo de leite ou gelatina de animal contaminado. A OMS observa, entretanto, que não há perigo de transmissão da doença aos seres humanos, desde que sejam seguidas as normas sanitárias em relação ao rebanho contaminado.

2 - IMPACTOS NO MUNDO

De todo esse episódio, a única evidência considerada científica está na possibilidade de surgimento de uma variante da CJD, visto que o perfil apresentado pelas vítimas mais recentes da doença é diferente daquele manifestado até então por pessoas acometidas pelo mesmo mal.

¹Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²De acordo com Alexandre Adler, microbiologista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trata-se de uma doença degenerativa do cérebro causada pela alteração de uma proteína chamada príon, que infectaria as demais células. A doença tem um período de incubação que pode variar de 4 a 21 anos (Folha de São Paulo, **Doença já matou três no rio**, 1º caderno, p.14, 26 mar. 1996).

³O Reino Unido engloba a Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e a Irlanda do Norte.

⁴Gielow, Igor. **Reino unido limita venda de carne**. Folha de São Paulo, 29 mar. 1996.

⁵O rebanho do Reino Unido possui 11,8 milhões de cabeças, sendo 6,9 milhões de gado leiteiro e 4,9 milhões de corte. Com o sacrifício também das vacas leiteiras a partir de 30 meses, e não no final da vida reprodutiva, conforme proposta inicial, conceituados especialistas europeus estimam que o impacto sobre o PIB e a inflação britânicos, nos próximos anos, deverá ser bem maior em função da redução na produção de leite do que na de carne (Prado, Maria Clara R. M. do. **Pib britânico cai 0,5% com a vaca louca**. Gazeta Mercantil, 2 abr. 1996).

A despeito da fragilidade científica das evidências, da existência ou não de relação entre as doenças, o governo do Reino Unido foi obrigado a tomar atitude para conter o pânico que se instaurou entre os consumidores, tentando evitar que todo o rebanho fosse colocado em suspeição, resultando em perdas econômicas maiores ainda. Entretanto, quem garante que o rebanho contaminado será efetivamente exterminado no decorrer dos próximos cinco anos? Além de que surgem evidências de contrabando de gado britânico pela fronteira da Irlanda do Norte com a República da Irlanda, onde após registro como gado irlandês, ganha o mercado mundial inclusive o europeu.

O mais importante a ser registrado é que esses acontecimentos relacionados à EEB têm provocado o debate e revisão de algumas questões antigas como as que dizem respeito à pouca atenção dispensada pelos governos à saúde pública e animal, às alternativas de mercado para a carne bovina (carne de suínos, de frango e de outras aves, etc.) e de sistemas de produção animal que eliminem o *stress* causado pelo confinamento, bem como aos aspectos mais amplos que o assunto envolve⁶.

Embora ainda seja difícil quantificar o impacto econômico das medidas tomadas pelas autoridades européias, a expectativa do mercado mundial a curto prazo é de redução do consumo de carne bovina, principalmente na Europa, e de acréscimo no de outras carnes.

3 - REFLEXOS NO BRASIL

Tal como a maioria dos países, o Brasil suspendeu preventivamente as importações de

⁶Há cientistas no mundo buscando, por exemplo, provar que a população bovina mundial, atualmente ao redor de 1,3 bilhão de cabeças, ocupando 24% da área útil do planeta, é uma ameaça à sobrevivência ecológica e econômica da humanidade. Jeremy Rifkin, presidente da Fundação das Tendências Econômicas de Washington, em entrevista à Folha de São Paulo, de 7 de abril de 1996, argumenta que, enquanto 1 bilhão de pessoas sofre de fome crônica e desnutrição, o gado consome um terço de toda a safra de grãos do planeta. E mais, enquanto uma multidão de seres humanos morre por falta de cereais em quantidades adequadas, milhões de cidadãos no mundo desenvolvido e industrializado, perecem de moléstias "provocadas pelo excesso de carne de animais alimentados com cereais. São as doenças da riqueza: derrames, ataques cardíacos, câncer". Em resumo, para ele, "a dissolução do complexo industrial do gado e a eliminação da carne vermelha da dieta da raça humana inaugurará um novo capítulo no desenvolvimento da consciência humana".

carnes e de laticínios de origem britânica e irlandesa, por meio de uma instrução normativa do Ministério da Agricultura, que incluía produtos lácteos, sêmen e embriões⁷. A seguir, o Reino Unido, em 29 de março, publicou portaria proibindo o comércio de toda carne bovina e derivados de animais abatidos com mais de 30 meses.

Segundo a Associação Brasileira dos Industriais Exportadores de Carnes (ABIEC), a proibição afetou o Brasil, que tem exportado em torno de US\$110 milhões anuais de carne para o Reino Unido, US\$74 milhões a US\$96 milhões, ou 150 mil toneladas, em média, de carne industrializada (*corned beef*), tratando-se do principal produto brasileiro importado pelo mercado britânico. Acredita-se que a longo prazo deverá haver redução no consumo de carne bovina, principalmente na Europa, afetando ainda mais essa cadeia produtiva.

Se por um lado os exportadores nacionais de carne e derivados de bovinos estão desanimados, por outro, os de frango estão otimistas. Afinal, o Brasil é um grande exportador de carne e derivados dessa ave, depois da França e dos Estados Unidos, além disso, a Europa responde por 23% das importações mundiais perdendo só da Ásia. No entanto, as maiores expectativas desse setor estão nos efeitos indiretos da crise, já que o esperado aumento de demanda européia por esse tipo de carne pode ampliar o espaço do Brasil no Oriente Médio, onde os exportadores brasileiros vêm enfrentando forte concorrência da França.

Outro efeito da síndrome da "vaca louca" foi a retomada da discussão sobre a origem da carne consumida pelos brasileiros e da fragilidade do sistema oficial de defesa sanitária de parcela significativa dos produtos animais.

Em 1995, de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), foram abatidos 23,5 milhões de cabeças de bovinos, dos quais 10,5 milhões (cerca de 45%) passaram por controle sanitário, enquanto os outros 55% foram feitos sem qualquer inspeção, clandestinamente. Para suínos e aves, a fiscalização atinge aproximadamente 55% do rebanho abatido.

Nesse contexto, durante o "1º Seminário

⁷Pelas declarações do ministro da Agricultura brasileiro, a importação de lácteos foi incluída por uma questão burocrática, pela impossibilidade de separar os itens. A portaria que regulamenta a importação de produtos de origem animal da Inglaterra não discrimina os produtos.

rio Brasileiro sobre EEB" realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 3 de abril, especialistas alertaram para o fato de que o Brasil não se beneficiará do embargo às exportações britânicas, por falta de inspeção sanitária. Na oportunidade, os participantes reuniram as conclusões do debate, em um conjunto de recomendações que foram enviadas aos ministérios da Saúde e da Agricultura. Entre as reivindicações estão: criação de legislação e fiscalização sanitária eficiente, maior transparência do governo sobre a importação de carnes e derivados, divulgação de todas as entradas, origem e destino de ovinos e bovinos da Europa, a partir de 1988^{8 e 9}.

O Ministério da Agricultura, dando um passo na direção de uma legislação sanitária mais adequada, deverá assinar, ainda em abril, portaria que exige a venda, pelos frigoríficos, da carne bovina embalada desossada e tipificada, contendo informações sobre corte e procedência. Essas regras serão, inicialmente, dirigidas aos estados do Sul, Centro-Oeste e Sudeste,

⁸Oliveira, Doca de. *Proibida venda de carne "in natura"*. Folha de São Paulo, 5 de abr. 1996.

⁹Vale acrescentar que fóruns semelhantes estão sendo organizados em outros estados.

principalmente nas grandes capitais.

O texto será discutido com os vários segmentos do complexo bovino, que terão dois meses para apresentação de propostas e críticas. Após os ajustes necessários, a portaria passa a vigorar com prazo de dois anos para a consolidação da nova legislação.

De acordo com o Regulamento Industrial de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (RIISPOA), a partir da descentralização do controle sanitário dos produtos de origem animal, Lei n° 7.889, de 1989, é de âmbito federal a inspeção da carne destinada à exportação e ao comércio interestadual. O produto comercializado dentro do estado e do município é da alçada estadual e municipal, respectivamente.

Como os estados e municípios não têm recursos e nem funcionários preparados em quantidade suficiente, a fiscalização nessas esferas fica comprometida. Nesse sentido, atualmente tem sido apresentada de forma constante, a criação de parcerias entre órgãos e/ou funcionários dos setores público e privado, enquanto alternativa de atuação.

Para finalizar, esses episódios servem para deixar mais claro à população que problemas dessa ordem só serão resolvidos pelas autoridades públicas com uma maior participação e organização da sociedade.